

mosaicos retirados das paredes da Igreja de Kanaria citada na nota n. 45.

40. P. ex.: os objetos retirados de escavações arqueológicas.

41. P. ex.: rituais usados por uma comunidade aborígene.

42. Art. 6.º, *a e b*.

43. Para a apreciação da questão deve ser levada em consideração o disposto no art. 4.º, *a e e*, da Convenção da UNESCO de 1970, que estabelece os vínculos nacional, territorial e contratual. V. parte I, cap. 1, C 1.

44. Cit. por Seidl-Hohenveldern, "La Protection Internationale du Patrimoine Culturel National", *Revue Générale de Droit International Public*, n. 97, 1397.

45. Esta importantíssima biblioteca européia era o centro espiritual da capital palatina e se encontrava, durante séculos, na Igreja do Espírito Santo em Heidelberg. A igreja-biblioteca era parte integrante da mais antiga universidade da Alemanha. A biblioteca, durante a guerra dos trinta anos, foi apreendida pelo General Tilly e depois doada por Maximiliano da Baviera ao Papa. A Universidade pediu o retorno das valiosas obras literárias, mas o Papa concordou que apenas as obras de língua alemã retornassem a Heidelberg, salientando que as demais deveriam permanecer em Roma. Retornaram mais de 700 manuscritos que formam hoje o núcleo da biblioteca universitária de Heidelberg.

46. A parte final do dispositivo (período após a morte do autor) foi objeto de inúmeras discussões

no seio do comitê de expertos e o prazo de cinco anos poderá ser alterado na Conferência diplomática.

47. Cf. *Etude LXX*, doc. 48, UNIDROIT.

48. Art. 8.º do projeto de Convenção.

49. O projeto não precisa quais seriam essas garantias. No entanto, devem ser elas consideradas em consonância com o objetivo da Convenção. Assim, entende-se tais garantias devem se referir aos meios necessários para a proteção e preservação do bem cultural — *Etude LXX* doc. 19, p. 33.

50. Como a Convenção de Bruxelas de 1968 concernente à competência judiciária e de execução de decisões em matéria civil e comercial e Convenção de Lugano de 1988 sobre a mesma matéria — *Etude LXX*, doc. 48, p. 52.

51. § 2.º do art. 9.º.

52. Art. 28.

53. *Etude LXX*, doc. 47, UNIDROIT.

54. Cf. Prott, L. V., ob. cit., *Etude LXX* doc. 42, p. 17, UNIDROIT.

55. Cf. Rigaux, F., "Le commerce des oeuvres d'art dans le Marché Commun", in *Etudes de Droit International et d'Europe de Pierre Lalive*, 1993, Basileia, p. 737.

56. O art. 36 versa sobre a proteção de bens culturais nos países da União Européia. Ambos os dispositivos admitem exceções ao princípio da livre circulação de mercadorias em razão da importância de que certos bens se revestem para a identidade cultural dos Estados.

57. Cf. Prott, L. V., ob. cit.

REFORMA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO (LEI 8.952/94)¹

SIDNEI BENETI

Juiz do 1.º TACivSP; Professor de Processo Civil;
Membro da Comissão de Reforma do CPC²

1. Destaquem-se, em síntese, as principais inovações da Reforma, no tocante ao processo de conhecimento (Lei 8.952/94):

a) Art. 10, § 2.º. Restrição da citação do cônjuge para ações possessórias aos termos da jurisprudência atual;

b) Art. 18 e parágrafo único. Admissão da imposição *ex officio* de indenização por litigância de má-fé e instituição de parâmetros para a valoração;

c) Art. 20, § 4.º. Fixação de honorários advocatícios no julgamento de Embargos à Execução;

d) Art. 33, § 4.º. Determinação de depósito de honorários de perito e condicionamento da

liberação do pagamento à apresentação do laudo;

e) Art. 38. Supressão do reconhecimento da firma da procuração *ad judicium*;

f) Art. 45. Condicionamento da renúncia ao mandato advocatício à prévia cientificação do mandante;

g) Art. 46. Reintrodução do litisconsórcio facultativo recusável, como no Código de 1939, no caso de litisconsórcio facultativo multitudinário ou *monstrum*;

h) Art. 125. Incentivo à conciliação entre as partes;

i) Art. 162, § 4.º. Autorização de prática de atos ordinatórios pelo Cartório;

j) Art. 170. Uso de instrumentos modernos de documentação de atos orais, como a estenotipia e outros meios idôneos, entre os quais as gravações;

l) Art. 172, §§ 2.º e 3.º. Prática de atos processuais entre 18 e 20 h e validação da regulamentação local de horários de serviço (com a consequência de aceitação de práticas locais como o uso do *fax* e dos "protocolos integrados");

m) Art. 219. Retroação da interrupção da prescrição à data da propositura da ação (protocolamento da inicial);

n) Art. 239. Correção técnica da palavra "intimado", na certidão do Oficial de Justiça, substituída por "interessado";

o) Art. 272, § 1.º. Procedimento sumário, em lugar de "sumaríssimo", corrigindo a inexistência de intermediário entre ordinário e sumaríssimo, reservada esta denominação para procedimentos extra-rápidos, como o das Pequenas Causas (Lei 7.244/84);

p) Art. 273. Autorização de antecipação da tutela jurisdicional, de modo a evitar o ajuizamento de processos cautelares e a utilização, sem parâmetros legais, do poder cautelar geral do Juiz;

q) Art. 296. Eliminação da citação do réu para acompanhar o processamento da apelação contra o indeferimento da inicial (o que não prejudica o contraditório, virtual, à intervenção espontânea, em matéria, ademais, ulteriormente cognoscível até mesmo de ofício) (art. 267, § 3.º do CPC);

r) Art. 331, e parágrafo único. Instituição de audiência prévia de tentativa de conciliação ("Vortetermin", no *Modelo de Stuttgart*), imaginando-se a designação organizada em grande número, como as similares audiências da praxe trabalhista, e devendo, se impossível a conciliação, as questões preliminares e a designação de audiência de instrução e julgamento decidirem-se na própria audiência preliminar, saindo intimadas as partes;

s) Art. 331, § 2.º. Correção da atecnia referente a "saneamento", "saneador" e "saneado", segundo a moderna doutrina;

t) Art. 417 e § 2.º. Autorização para registro do depoimento por qualquer meio idôneo de documentação, inclusive a estenotipia, facultada a gravação particular, e dispensada a transcrição, quando desnecessária;

u) Art. 434. Determinação de nomeação de perito entre técnicos da matéria;

v) Art. 468. Reinstauração da tutela específica da obrigação de fazer ou não fazer, suprimindo-se lacuna da falta de procedimento cominatório (art. 302, CPC de 1939); na tutela específica, provida de *astreinte* (art. 461), será possível a concessão de liminar, admitida a exigência de caução;

x) Art. 800. Competência do Tribunal em que estiver o processo, para a cautelar incidental (sem ofensa ao duplo grau de jurisdição, pois a recorribilidade passará a ser regradada por competência funcional nos tribunais);

z) Art. 805. Possibilidade de substituição de medida cautelar por caução ou outra garantia menos gravosa.

2. As inovações ensejam inegável avanço para a fluidez do processo e assim já o reconhece a doutrina que se inicia.³ Será natural a crítica, construtiva ou catastrófica, esta, como sempre, na triste sina de brandir o horror ao novo. Coloca-se nas mãos da classe jurídica a opção entre ousar a melhoria ou retrair-se ao obscurantismo. Um teste para o meio jurídico: transformar imprecisões e defeitos em soluções de ouro, ou atuar qual um Midas ao contrário.

NOTAS

1. Transcrito de *Tribuna da Justiça*, março/1995, p. 23. Síntese de palestra realizada na AASP, curso sobre "Aspectos Práticos das Inovações Introduzidas no Código de Processo Civil". Salão Nobre da Fac. Dir. USP, 13.2.95.

2. A Comissão de Reforma foi inicialmente nomeada pelo Min. da Justiça, Jarbas Passarinho, Portaria MJ 115/91: Sálvio de Figueiredo Teixeira, Athos Gusmão Carneiro, Régis Fernandes de Oliveira, José Manuel de Arruda Alvim Netto, Donald Armelin, Kazuo Watanabe, Mauro Ferraz e Humberto Martins; Portaria MJ 84/92: Fátima Nancy Andrih e Sidney Agostinho Beneti. Comissão de Redação Final, Port. MJ 145/92 (*DOU* 30.3.92): Sálvio de Figueiredo Teixeira (pres.), Fátima Nancy Andrih (secret.-geral), Ada Pellegrini Grinover, Athos Gusmão Carneiro, Celso Agrícola Barbi, Humberto Theodoro Jr., José Carlos Barbosa Moreira, José Eduardo Carneira Alvim, Kazuo Watanabe e Sérgio Sahione Fadel. Numerosas participações e inserções por atos do Presidente, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira (entre as quais: José de Castro Bigi, Marcelo Lavanère, Walter Ceneviva, Thereza Alvim, Thereza Celina Arruda Alvim). Ofereceram-se e foram consideradas centenas de sugestões.

3. Cf. José Rogério Cruz e Tucci, *Processo Civil, realidade e justiça*, Saraiva, 1994, pp. 99 e ss.; Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro, "A reforma do Processo Civil: simplificação e agilização", em *ADV-Advocacia Dinâmica*, Fev./1993, pp. 11 e ss.; Sérgio Bermudes, *Reforma Processual*, Freitas Bastos, 1994; Cândido Rangel Dinamarco, *A Reforma do Código de Processo Civil*, S. Paulo, Malheiros.